



# BRASÍLIA-DF

por **Denise Rothenburg** » [deniserothenburg.df@dabr.com.br](mailto:deniserothenburg.df@dabr.com.br)



## MDB em duas canoas

A escolha de Renan Calheiros para relatar a CPI da Covid coloca os emedebistas num distanciamento seguro do governo do presidente Jair Bolsonaro. Assim, caso o chefe do Planalto não se recupere a ponto de vencer a eleição do ano que vem, o MDB tem uma ponte a seguir rumo a alianças com a esquerda.

## Eles que expliquem

Quando algum “governista raiz” quer saber de senadores aliados ao governo se há espaço para mudança do relator, a resposta é sempre a mesma: pergunte aos líderes do governo. Ambos são do MDB — Fernando Bezerra Coelho (PE) e Eduardo Gomes (TO) — e não impediram que o próprio partido escolhesse Renan Calheiros para relatar a CPI da Covid. Conforme o leitor assíduo da coluna já sabe, o futuro presidente do colegiado, Omar Aziz (PSD-AM), não mudará a indicação do MDB.

## Dois discursos, um governo

Na mesma reunião com os empresários em que o presidente Jair Bolsonaro criticou o abre-fecho do comércio por governadores e prefeitos, o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, defendeu o distanciamento social.

## É o que tem para hoje

O empresariado sabe que, enquanto não houver vacinas para todos e o sistema de saúde continuar pressionado, não há muito o que fazer a esse respeito, a não ser redobrar os cuidados, evitando aglomerações. Novas vacinas virão, mas ainda vai levar um tempo. Aliás, os especialistas em imunizante mundo afora têm dito que a maioria dos países conseguirá vacinar cerca de 25% da sua população este ano.

Antonio Cruz/Agência Brasil - 16/4/19



Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil - 10/4/19



# Sanção do Orçamento reacende disputa dentro do governo

Sanccionado o Orçamento da União, volta à cena a disputa entre ministros. De um lado, os da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas; e do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho (fotos), ávidos por obras que mostrem o governo realizador. Na outra ponta do ringue, o da Economia, Paulo Guedes, cuidará de reter os recursos na boca do caixa, de forma a segurar o Orçamento para as despesas obrigatórias.

Até aqui, Guedes levou a melhor em praticamente todos os embates. Porém, quanto mais perto estiver do período eleitoral, mais difícil será evitar a pressão por gastos. E o sôtão que o governo criou ao retirar mais uma fatia dos recursos do teto de gastos ajudou a distensionar o clima no Parlamento, mas não melhorou o relacionamento dentro do Executivo, onde a tensão continua.

## CURTIDAS

**Impeachment unificado...** Os presidentes de partidos de oposição ao governo Bolsonaro querem a unificação dos pedidos de impeachment que correm na Câmara dos Deputados, que hoje superam a casa da centena.

**... e encorpado/** A ideia é chamar, também, organizações civis que representaram contra Bolsonaro. A primeira reunião está marcada para esta sexta-feira, às 14hs, pela plataforma Zoom.

Wallace Martins/Esp. CB/D.A Press - 8/3/19



**Quem chama/** Assinam a convocatória os presidentes de PV, José Luiz Penna; PSB, Carlos Siqueira; PT, Gleisi Hoffmann (foto); PDT, Carlos Lupi; PCdoB, Luciana Santos; Cidadania, Roberto Freire; PSol, Juliano Medeiros; da UP, Leonardo Péricles; e do presidente da UP; além de Heloísa Helena e Wesley Diógenes, porta-vozes da Rede Solidariedade.

**Procurador musical/** O procurador Antônio Carlos Bigonha comemora hoje, com uma live às 17h, o aniversário de 20 anos do show “Saudades de Brasília”. Desta vez, “feito em casa”, com a participação dos filhos, Antônio, Márcio e Roberto. O ingresso é uma doação em [www.eventbrite.com.br](http://www.eventbrite.com.br), que dá direito a um link de acesso.

**Paradinha/** A coluna desta quinta-feira estará a cargo do nosso editor Carlos Alexandre. Eu vou aproveitar o feriado, descansando a cabeça das tensões políticas. Bom feriado a todos.

**CB.PODER /** Vice-presidente da Câmara, Marcelo Ramos diz que o Executivo conduziu mal a pandemia, não por dolo, mas, sim, por incapacidade. Na opinião dele, a CPI deve mirar em protocolos para salvar vidas, ficando em segundo plano a apuração de responsabilidades

# “Governo foi incompetente”

» PEDRO ÍCARO\*

Para o vice-presidente da Câmara, Marcelo Ramos (PL-AM), o objetivo da CPI da Covid — a ser instalada no dia 27, no Senado — não é empregar nem constrianger ninguém, mas, sim, definir um protocolo que salve vidas. Apurar responsabilidade, segundo defendeu, deve estar em segundo plano para não causar mais instabilidade institucional.

O deputado está confiante em relação ao nome indicado para presidir a comissão, o senador Omar Aziz (PSD-AM). Na opinião dele, o parlamentar será bastante responsável e cuidadoso no direcionamento do colegiado, responsabilizando quem merecer, sem aliviar para ninguém, mesmo que seja o presidente Jair Bolsonaro. Mas ele não vê espaço para impeachment.

“No Brasil, não se cassa mandato e não se pune por má gestão, é preciso crime, ou seja, crime pressupõe dolo. Eu, por exemplo, acho que o governo federal conduziu muito mal a pandemia, o enfrentamento da crise sanitária, mas não conduziu por desejo de matar. Foi

incompetente na gestão da pandemia”, enfatizou, em entrevista à jornalista Denise Rothenburg, no programa *CB.Poder*, parceria entre o *Correio* e a TV Brasília.

Entre os focos da CPI está a crise da falta de oxigênio nos hospitais de Manaus — cidade natal de Ramos —, que vitimou dezenas de pessoas em janeiro. Segundo o deputado, a escassez do produto ocorreu por um conjunto de irresponsabilidades.

“Não dá para negar a gravidade do nível de incompetência da gestão do ex-ministro (da Saúde) Eduardo Pazuello, que foi um desastre para o Brasil e para o Amazonas. O então ministro, dois dias antes de estourar a crise no oxigênio, esteve no Amazonas em uma mobilização por protocolo preventivo por cloroquina, por ivermectina. Voltou e não falou nada do risco de desabastecimento de oxigênio, e dois dias depois da estada dele lá, o Amazonas virou um caos”, disparou. “O momento, para mim, é menos de encontrar culpados e mais de garantir que todos os brasileiros respirem, que todos os brasileiros tenham kit intubação, oxigênio, leito de UTI, se precisar, e, acima de tudo, tenham vacina.”

Ramos também comentou sobre o impasse relacionado ao Orçamento 2021, à espera da sanção de Bolsonaro. Segundo Flávia Arruda, ministra da Secretaria de Governo, a peça orçamentária pode ter vetos, e os cortes devem ser na casa dos R\$ 10, 5 bilhões nas emendas incluída pelo relator, Marcio Bittar (MDB-AC).

“Pós-aprovação do Orçamento, ficaram alguns problemas, porque o relator optou por incluir duas despesas que não estavam acordadas: R\$ 6 bilhões destinados a emendas de senadores, e R\$ 7,5 bilhões para investimentos do Poder Executivo, ou seja, como se fosse uma emenda para o presidente da República. E para tirar essa folga fiscal, ele (Bittar) anulou despesas obrigatórias”, explicou.

\*Estagiário sob a supervisão de Cida Barbosa



Vivien Doherty Ludovice/TV Brasília



Ramos: “No Brasil, não se cassa mandato e não se pune por má gestão, é preciso crime”

## JUDICIÁRIO

# Mendes suspende ações contra Lira

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu, ontem, suspender três ações de improbidade administrativa contra o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Os processos tramitavam na Justiça Federal de Curitiba, no âmbito da Operação Lava-Jato. Dois tiveram como autores a Advocacia-Geral da União (AGU) e o outro, o Ministério Público Federal (MPF).

As ações de improbidade apresentadas pela AGU foram movidas antes de Jair Bolsonaro assumir a Presidência da República e ter Lira como aliado à frente da Câmara. Esse tipo de

### Arquivamento

A defesa do deputado Arthur Lira acionou o Supremo após a Segunda Turma da Corte arquivar a denúncia de organização criminosa apresentada pela Procuradoria-Geral da República (PGR) contra o presidente da Câmara e outros três parlamentares no caso conhecido como quadrilhão do PP. O resultado marcou mais uma derrota da Lava-Jato no STF.

processo serve para ressarcir os cofres da União, enquanto os penais são abertos para investigar a conduta de réus e condená-los ou não pelos crimes dos quais são acusados.

A **decisão de Mendes** vale até o julgamento do mérito do caso pelo STF. O processo tramita sob segredo de justiça, mas trecho da determinação do ministro aparece no andamento processual da Corte. “Ante todo exposto, em juízo provisório, concedo a liminar para determinar a imediata suspensão das ações de improbidade (...), somente com relação aos reclamantes, até o

julgamento de mérito desta reclamação. Reitera-se, para todos os efeitos, que estes autos tramitam sob segredo de justiça”, frisou.

Arthur Lira e o pai, o prefeito Benedito Lira, têm batalhado incessantemente desde 2017 para travar as três ações de improbidade. Na mais incômoda delas, que refletiu no bloqueio de R\$ 10,4 milhões, havia conseguido uma decisão temporária favorável, no início de 2020, do então ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Napoleão Nunes Maia. Agora, com a determinação de Mendes, os três processos ficam paralisados.

Em fevereiro de 2017, a Justiça Federal no Paraná bloqueou bens no valor de R\$ 10,4 milhões de Lira e do pai dele.

A medida foi tomada pelo juiz Flávio Antônio da Cruz, da 11ª Vara Federal de Curitiba, em dezembro de 2016. O pedido foi feito pela AGU no âmbito de uma ação de improbidade administrativa aberta a partir de informações sobre suposto envolvimento dos parlamentares em desvio de verbas da Petrobras para custear as campanhas eleitorais de pai e filho em 2010.

A época, a AGU atribuiu “condutas ímprobadas praticadas por Benedito de Lira, enquanto atuava como deputado federal, e por seu filho, Arthur Lira, no exercício do mandato de deputado estadual, por conta de vantagens indevidas auferidas junto a Alberto Youssef (doleiro da Lava-Jato), Ricardo Pessoa (empregado delator) e Constran S/A”.